

Estudo Técnico Preliminar 30/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 00230.000017/2021-96

2. Descrição da necessidade

Trata-se de serviço de manutenção dos equipamentos de fisioterapia da Coordenação de Saúde da Presidência da República (COSAU), imprescindível e essencial à execução das atividades realizadas pela supracitada coordenação. O serviço a ser contratado deve ser de caráter continuado em razão da Presidência da República não possuir, em seu quadro/estrutura, recursos humanos e materiais para executar os serviços objeto dessa contratação. Os aparelhos listados no subitem 1.1 são antigos, ocasionando manutenções constantes, de modo que a sua prestação não pode estar condicionada a contratações pontuais e periódicas, trazendo comprometimento ao cumprimento das atribuições regimentais desta coordenação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Saúde da Presidência da República	Guilherme Guimarães Wimmer

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O contratado deverá atender prontamente as solicitações da Coordenação de Saúde da Presidência da República (COSAU) para a prestação de serviços de manutenção corretiva, sempre que ocorrer qualquer pane nos equipamentos. Entende-se por manutenção preventiva, a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos equipamentos, conservando-os em perfeito estado de uso. Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos em perfeitas condições de uso, compreendendo, inclusive, as necessárias substituições de peças, ajuste e reparos. O contratado tem como obrigação efetuar visitas de manutenção preventiva, realizando por ocasião das mesmas, operações de limpeza, lubrificação, ajuste, inspeção, teste do equipamento e substituição de peças defeituosas, de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pelo fabricante; realizar a primeira manutenção preventiva até 10 dias após a assinatura do contrato; quando for efetuada a primeira manutenção preventiva serão revistas as dúvidas sobre os procedimentos operacionais do equipamento; dar garantia dos serviços e peças por no mínimo 90 dias, contados da execução do serviço e/ou aplicação das peças;

5. Levantamento de Mercado

A proposta se enquadra na categoria serviços comuns, tratada pela Lei nº 10.520/02 e Decreto nº 10.024/19.

A solução trata da contratação de empresa especializada para manutenção dos equipamentos do setor de Fisioterapia. Não foi encontrado alternativas no mercado. A maneira foi adotada de acordo com o Contrato vigente.

Foi feita pesquisa para identificação de contratações similares:

1. Pregão Eletrônico 20/2016 - Câmara dos Deputados

A solução adotada abrange qualquer empresa especializada na prestação de serviços de manutenção dos aparelhos de fisioterapia, desde que ela tenha efetivo suficiente para exercer tais serviços na Presidência da República.

Não há qualquer restrição a fornecedores, com exceção de eventual capacidade técnica a ser exigida no Termo de Referência. Isso é necessário, já que, apesar da natureza comum dos serviços, é necessário que a empresa apresente experiência na prestação de serviços a órgão público, com pleno conhecimento das suas peculiaridades.

A solução adotada foi de acordo com o apoio do contrato vigente nessa Coordenação de Saúde: processo SEI/PR nº 00230.000353/2016-71 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peça.

Para a presente contratação foi considerado o Edital do Pregão Eletrônico nº 20/2016 da Câmara do Deputados, cujo objeto é a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de fisioterapia, com fornecimento de peças, pelo período de 12 (doze) meses.

6. Descrição da solução como um todo

Para atender a demanda do Objeto da contratação, torna-se necessária a contratação de empresa especializada com capacidade técnica comprovada por meio que comprove experiência de no mínimo 1 ano, tipo de solução a contratar já descrita neste documento. Espera-se, assim, efetivar o atendimento necessário quanto à manutenção contínua daqueles serviços, no âmbito do setor de fisioterapia.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os equipamentos contemplados para a manutenção preventiva e corretivas descritas neste contrato são os seguintes:

Item	Equipamento	Quantidades
1	APARELHO NEURODIN DE 04 CANAIS CORRENTES, RUSSA MARCA IBRAMED	1
2	APARELHO DE TENS PORTÁTIL MARCA CARCI	1
3	APARELHO DE TENS PORTÁTIL MARCA CARCI	1
4	APARELHO TENS BURST FES, MODELO ORION TENS CIENTIFICO FISIOTERAPIA	1
5	APARELHO ORION TENS CIENTIFICO (TENS, BURT,FES) mod. ORION FISIOTERAPIA.	1
6	APARELHO ORION (TENS, BURTS,FES) MODELO ORION FISIOTERAPIA	1
7	INFRAVERMELHO COM PEDESTAIS MARCA ISP	1
8	INFRAVERMELHO COM PEDESTAIS MARCA ISP	1
9	INFRAVERMELHO COM PEDESTAIS MARCA CARCI	1
10	TURBILHÃO EM AÇO INOX COM TERMOSTATO E AQUECEDOR PARA MMII 220 LITROS MARCA ISP	1

11	TURBILHÃO EM AÇO INOX COM TERMOSTATO E AQUECEDOR PARA MMII 220 LITROS MARCA ISP	1
12	MAQUINA DE GELO MARCA EVEREST mod. EGC 50.	1
13	MAQUINA DE GELO MARCA EVEREST mod. EGC 50.	1
14	LASER COM CANETA DE 640HTM MICROCONTROLADO PARA LASETERAPIA E LASERACUMPUTURA COM CANETA 66NM.	1
15	LASER COM CANETA DE 640HTM MICROCONTROLADO PARA LASETERAPIA E LASERACUMPUTURA COM CANETA 66NM.	1
16	ULTRASSON SONIC COMPACT HTM	1

8. Estimativa do Valor da Contratação

Para a obtenção dos valores necessários para a nova contratação, foram considerados, principalmente, os valores apresentados nas propostas das empresas consultadas no mercado local.

Não foi considerado o resultado das pesquisas ao Painel de Preços do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por contratações similares, na obtenção de preços para a nova contratação, visto que não foi encontrado aquisições dos aparelhos listados no ETP. Com isso, foi selecionado o menor preço das propostas, como consta a seguir:

Item	Equipamento	Quantidades	Valor Mensal	Valor Anual
1	APARELHO NEURODIN DE 04 CANAIS CORRENTES, RUSSA MARCA IBRAMED	1	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00
2	APARELHO DE TENS PORTÁTIL MARCA CARCI	1	R\$ 85,00	R\$ 1.020,00
3	APARELHO DE TENS PORTÁTIL MARCA CARCI	1	R\$ 85,00	R\$ 1.020,00
4	APARELHO TENS BURST FES, MODELO ORION TENS CIENTIFICO FISIOTERAPIA	1	R\$ 90,00	R\$ 1.080,00
5	APARELHO ORION TENS CIENTIFICO (TENS, BURT,FES) mod. ORION FISIOTERAPIA.	1	R\$ 90,00	R\$ 1.080,00
6	APARELHO ORION (TENS, BURTS,FES) MODELO ORION FISIOTERAPIA	1	R\$ 90,00	R\$ 1.080,00
7	INFRAVERMELHO COM PEDESTAIS MARCA ISP	1	R\$ 75,00	R\$ 900,00
8	INFRAVERMELHO COM PEDESTAIS MARCA ISP	1	R\$ 75,00	R\$ 900,00
9	INFRAVERMELHO COM PEDESTAIS MARCA CARCI	1	R\$ 75,00	R\$ 900,00
10	TURBILHÃO EM AÇO INOX COM TERMOSTATO E AQUECEDOR PARA MMII 220 LITROS MARCA ISP	1	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00
11	TURBILHÃO EM AÇO INOX COM TERMOSTATO E AQUECEDOR PARA MMII 220 LITROS MARCA ISP	1	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00
12	MAQUINA DE GELO MARCA EVEREST mod. EGC 50.	1	R\$ 145,00	R\$ 1.740,00

13	MAQUINA DE GELO MARCA EVEREST mod. EGC 50.	1	R\$ 145,00	R\$ 1.740,00
14	LASER COM CANETA DE 640HTM MICROCONTROLADO PARA LASETERAPIA E LASERACUMPUTURA COM CANETA 66NM.	1	R\$ 145,00	R\$ 1.740,00
15	LASER COM CANETA DE 640HTM MICROCONTROLADO PARA LASETERAPIA E LASERACUMPUTURA COM CANETA 66NM.	1	R\$ 145,00	R\$ 1.740,00
16	ULTRASSON SONIC COMPACT HTM	1	R\$ 145,00	R\$ 1.740,00
Valor total			R\$ 1.785,00	R\$ 23.160,00
Valor para peças				R\$ 4.000,00
Valor total da contratação				R\$ 27.160,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se aplica.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não serão necessárias contratações correlatas para execução do objeto deste estudo preliminar.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação da prestação de serviços de manutenção dos equipamentos do setor de fisioterapia, destinada ao atendimento das atividades do setor de fisioterapia da Presidência da República está prevista no PAC 2021 - Item 2841- MANUTENCAO APARELHOS MEDICOS - HOSPITALARES.

12. Resultados Pretendidos

A realização deste contrato visa a preservação da vida útil de todos os equipamentos do fisioterapia, sem perdas das características, integridade física, rendimento e ponto ótimo de operação destes equipamento, instalações, sistemas ou suas partes, objetivando evitar a paralisação dos serviços devido a pane nos equipamentos e, na ocorrência de pane, a realização dos consertos necessários no menor prazo possível, de modo a evitar ou diminuir o prejuízo dos servidores da presidência da República

13. Providências a serem Adotadas

Não serão necessárias providências para adequação do ambiente do órgão para a execução dos serviços da presente contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Como disposto acima e por se tratar de contrato usual na Administração pública, a aquisição é perfeitamente viável, tendo em vista as especificações do serviço, quantidade e estimativa de preço definido, sendo este serviço fundamental para a continuidade dos atendimentos prestados por esta unidade.

16. Responsáveis

AMANDA FULLIN RETTORE

Fisioterapeuta

EDUARDO ALBERTO SOARES TEODORO

Supervisor

Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

- Anexo I - PAC 2021 - Manutenção de aparelhos da fisioterapia.pdf (25.79 KB)
- Anexo II - PE 20_16 - 120.569_14 - Prestação de serviços de manutenção em equipamentos de fisioterapia.pdf (724.23 KB)

**Anexo I - PAC 2021 - Manutenção de aparelhos da
fisioterapia.pdf**

Filtros utilizados: Número do Item: 2841

Nº Item	Tipo de Item	Subitem	Código do Item	Descrição	Quantidade estimada	Despesa informada é somente para vincular aos aspectos/necessidades orçamentárias	Valor unitário estimado (R\$)	Valor total estimado (R\$)	Valor orçamentário estimado para o exercício (R\$)	Participação de recursos externos	Ação orçamentária	Grupo de Despesa	Renovação de contrato	Dependência de outro item	Item Vinculado	Grau de prioridade	Data desejada	Situação do item
2841	Materiais e Serviços	CONTINUADO	5428	MANUTENCAO APARELHOS MEDICOS - HOSPITALARES	12	Não	2.083,33	24.999,96	-	Não	-	Custeio	SIM	NAO	Não Possui	Alta	20/10/2021	Incluído no PAC

Total: 1 item(s)
Valor total dos itens: **R\$ 24.999,96**

**Anexo II - PE 20_16 - 120.569_14 - Prestação de serviços de
manutenção em equipamentos de fisioterapia.pdf**



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 20/16

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de fisioterapia, com fornecimento de peças, pelo período de 12 (doze) meses.

Valor Global Anual Estimado: R\$ 55.012,68 (cinquenta e cinco mil doze reais e sessenta e oito centavos).

Local (sítio da Internet): <http://www.comprasnet.gov.br>.

UASG: 10001.

Data e horário	Procedimento
9/3/2016	- Divulgação do Pregão, mediante aviso publicado no Diário Oficial da União e nos sítios eletrônicos: www.comprasnet.gov.br e www.camara.leg.br . - Início do cadastramento eletrônico de propostas.
22/3/2016 às 10h	Abertura da sessão pública do Pregão, envolvendo: a) abertura e classificação das propostas formuladas em perfeita consonância com as especificações e condições previstas neste Edital e eletronicamente cadastradas; b) divulgação do valor da proposta de menor preço, vedada a identificação da respectiva proponente; c) abertura da disputa de preços.

Informações Adicionais:

Telefones: (61) 3216-4906, 3216-4907 e 3216-4920.

Fax: (61) 3216-4915.

Endereço eletrônico: cpl@camara.leg.br.

Endereço: Câmara dos Deputados
Comissão Permanente de Licitação
Secretaria Executiva da Comissão Permanente de Licitação
Edifício Anexo I, 14º andar, sala 1408, Brasília – DF
CEP: 70160-900.

- Todas as referências de tempo contidas neste Edital observarão o horário de Brasília-DF.
- A formalização de pedidos de esclarecimentos e de petições de impugnações ao Ato Convocatório deverá ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico cpl@camara.leg.br.
- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Câmara dos Deputados: **00.530.352/0001-59**.
- Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).



ÍNDICE DO EDITAL

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO	3
2. DA FORMULAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO	3
4. DA PROPOSTA	5
5. DA ABERTURA DA SESSÃO	5
6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	6
7. DOS LANCES	6
8. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E NEGOCIAÇÃO	7
9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	7
10. DA HABILITAÇÃO	8
11. DO RECURSO E DA ADJUDICAÇÃO	11
12. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL	12
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	12
14. DO FORO	14
ANEXO N. 1 - TERMO DE REFERÊNCIA	15
ANEXO N. 2 - DA CONTRATAÇÃO	28
ANEXO N. 3 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	32
ANEXO N. 4 - MODELO DA PROPOSTA COMPLETA	35
ANEXO N. 5 - ORÇAMENTO ESTIMADO	39
ANEXO N. 6 - MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO	42
ANEXO N. 7 - MODELO DE RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO	44
ANEXO N. 8 - MODELO DE DECLARAÇÃO	46
ANEXO N. 9 - MINUTA DO CONTRATO	47



A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Câmara dos Deputados, por intermédio deste Pregoeiro legalmente designado, e tendo em vista o que consta do Processo n. 120.569/2014, torna pública, para conhecimento dos interessados, a abertura de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

O Pregão, do tipo "MENOR PREÇO", na forma de execução indireta sob o regime de empreitada por preço global, reger-se-á pelo disposto neste Edital e em seus Anexos; pela Lei 10.520, de 2002; pelo Decreto 5.450, de 2005; pela Portaria n. 1 de 2003, da Primeira-Secretaria da Câmara dos Deputados; pela Lei Complementar 123, de 2006; pelo REGULAMENTO DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, doravante designado como "REGULAMENTO", aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7 de junho de 2001, e publicado no Diário Oficial da União de 5 de julho de 2001 e pela Lei 8.666, de 1993, no que couber.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto do presente PREGÃO é a **prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de fisioterapia, com fornecimento de peças, pelo período de 12 (doze) meses**, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas neste Edital.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no ComprasNet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.

2. DA FORMULAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

2.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, por meio do envio da petição ao Pregoeiro exclusivamente pelo endereço eletrônico cpl@camara.leg.br.

2.1.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição, no prazo de vinte e quatro horas, contadas de seu recebimento.

2.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, caso advenha eventual modificação do Edital que afete a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

2.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao Pregão deverão ser encaminhados ao Pregoeiro até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública exclusivamente pelo endereço eletrônico cpl@camara.leg.br.

2.2.1. As respostas dadas aos pedidos de esclarecimentos, omitidos os nomes das consulentes, serão disponibilizadas em campo próprio do sistema e também na página <http://www2.camara.leg.br/transparencia/licitacoes/editais/pregaoeletronico.html>.

3. DA PARTICIPAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e



Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG), por meio do sítio da Internet <http://www.comprasnet.gov.br>.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, as interessadas em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao órgão cadastrador, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento.

3.1.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Câmara dos Deputados responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.3. Serão reputadas como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados em nome da licitante.

3.2. Não poderão participar deste Pregão:

- a) empresário ou sociedade empresarial suspensos temporariamente de participar de licitação e impedidos de contratar com a Câmara dos Deputados, conforme inciso III do artigo 87 da Lei 8.666, de 1993, e inciso III do artigo 135 do REGULAMENTO, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) empresário ou sociedade empresarial impedidos de licitar e contratar com a União, conforme artigo 7º da Lei 10.520, de 2002, durante o prazo da sanção aplicada;
- c) empresário ou sociedade empresarial declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- d) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- e) empresário ou sociedade empresarial cujos estatuto ou contrato social não preveja atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- f) empresário ou sociedade empresarial que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;
- g) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- h) consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- i) servidor ou parlamentar da Câmara dos Deputados.



4. DA PROPOSTA

4.1. A proposta deverá ser registrada no sistema até a data e o horário fixados para a abertura da sessão pública do Pregão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.1.1. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

4.1.2. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que até a data de cadastramento eletrônico da proposta, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4.1.3. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

4.1.4. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que a proposta apresentada para a presente licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa n. 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MPOG.

4.1.5. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar 123, de 2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

4.2. Durante a fase de recebimento de propostas, a licitante poderá incluir, alterar ou excluir a sua proposta.

4.3. O(s) preço(s) registrado(s) na forma expressa no sistema eletrônico deverá(ão) incluir todos os custos e todas as despesas, diretas e indiretas, para prestação dos serviços objeto desta licitação, incluindo o fornecimento de peças, para a Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

4.4. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

4.5. O CNPJ da licitante utilizado para cadastramento de sua proposta deverá ser o mesmo constante da documentação apresentada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para registro no SICAF.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data, hora e no sítio da Internet indicados na primeira página deste Edital.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema.

5.3. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da



perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.1.1. A proposta que não contemplar todos os itens do grupo será desclassificada.

6.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. O critério a ser utilizado para a classificação das propostas será o de **menor preço global anual para o grupo único**, observado, em qualquer caso, o disposto no item 9.2 do presente Edital.

7. DOS LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão oferecer lances sucessivos para o item, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas, em tempo real, do seu recebimento, do horário do registro e do valor ofertado.

7.1.1. A licitante poderá oferecer lances sucessivos, inferiores ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.2. Na ocorrência de dois ou mais lances de mesmo valor, para efeito de classificação, será considerado aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

7.3. Não será admitida desistência de lances ofertados, sujeitando-se a licitante às sanções administrativas constantes deste Edital.

7.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.5. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecutável.

7.6. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.6.1. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.

7.7. O Pregoeiro encerrará a primeira fase da etapa de lances e informará a duração do tempo de iminência, que poderá ser de 1 a 60 minutos.



7.8. Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, terá início o período de tempo aleatoriamente determinado pelo sistema, que poderá ser de até 30 minutos, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

8. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

8.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, apresentar proposta de preço inferior à da licitante mais bem classificada e, se atendidas as exigências deste Edital, ser considerada vencedora.

8.1.2. Não tendo sido considerada vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, e havendo outras licitantes que se enquadram na condição prevista neste item, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido neste item, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate, conforme inciso III do art. 45 da Lei Complementar 123, de 2006.

8.1.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 2006.

8.1.5. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.1.6. Em não se confirmando a condição de vencedora à microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

8.2. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado a proposta ou o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.2.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta completa, no modelo do Anexo n. 4, adequada ao último lance, no prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro, que não será inferior a 30 (trinta) minutos, por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema ComprasNet, preferencialmente em arquivo único compactado.

9.1.1. Deverão integrar a proposta as seguintes declarações:



- a) declaração da licitante de que disponibilizará equipamentos e pessoal técnico adequados para realização do objeto da presente licitação;
- b) declaração da licitante de que dispõe de todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, inclusive balança de força de radiação para calibração dos Equipamentos de Ultrassom;
 - b.1) a declaração deve especificar a(s) marca(s) e modelo(s) da(s) balança(s) a ser(em) utilizada(s) para calibração dos Equipamentos de Ultrassom.

9.1.2. A proposta terá validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública.

9.1.2.1. Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para contratação, fica a licitante liberada do compromisso assumido.

9.2. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, sendo ainda desclassificada a proposta que consignar preços excessivos, manifestamente inexequíveis, simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

9.2.1. Entende-se por preço excessivo aquele que, após a fase de lances ou negociação, extrapolar os valores totais mensais apresentados no orçamento estimado constante deste Edital.

9.3. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação exigida neste Título, será desclassificada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.4. Verificar-se-á a conformidade da proposta com as exigências do Edital, em relação às especificações técnicas e ao preço final ofertado.

9.5. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação ou parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Câmara dos Deputados ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele a fim de orientar sua decisão quanto à adequação da proposta aos requisitos técnicos fixados no Edital.

9.6. Erros e omissões existentes na proposta de preços poderão ser retificados pela licitante, após solicitação e/ou consentimento do Pregoeiro, desde que o preço final ofertado não sofra acréscimo.

9.7. Toda a documentação recebida será disponibilizada eletronicamente a todos os participantes do certame.

9.8. Concluídos os procedimentos descritos neste Título, o Pregoeiro anunciará o resultado do julgamento da proposta, realizado com base no critério estabelecido no item 6.3 do Edital.

9.9. No caso de não aceitação da proposta, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance imediatamente subsequente.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação da licitante será verificada pelo Pregoeiro por meio do SICAF (habilitação parcial) e demais documentos de que trata este Título.

10.2. A licitante que não atender às exigências de habilitação parcial no SICAF deverá apresentar documentos que supram tais exigências.



10.3. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro, que não será inferior a 2 (duas) horas, a seguinte documentação complementar, remetida por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema ComprasNet, preferencialmente em arquivo único compactado:

- a) Declaração do SICAF referente à habilitação do fornecedor (situação);
- b) Os documentos que não estejam contemplados no SICAF;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em obediência ao inciso V do art. 29 da Lei 8.666, de 1993, incluído pela Lei 12.440, de 2011;
- d) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da **Sede** da licitante, dentro do prazo de validade indicado no documento, ou datada dos últimos cento e oitenta dias, se a validade não estiver expressa na certidão;
- e) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) que a licitante prestou (em caso de contrato encerrado) ou esteja prestando (em caso de contrato vigente), satisfatoriamente, serviços de manutenção em esteiras elétricas, eletroestimuladores e ultrassom, todos de uso fisioterápico;
- f) declaração da licitante, na forma do modelo constante do Anexo n. 8, de que possui em seu quadro, na data prevista para abertura da licitação, técnico(s) em Manutenção e/ou Calibração de Equipamentos de Ultrassom, com indicação do(s) nome(s) do(s) profissional(ais), a que se anexará:
 - f.1) certificado(s) de Curso de Manutenção e/ou Calibração de Equipamentos de Ultrassom;
 - f.2) comprovação do vínculo do(s) profissional(is) indicado(s) conforme alínea "f" do item 10.3 do Edital, com a licitante, por meio da apresentação de original ou cópia autenticada de:
 - f.2.1) CTPS ou registro de empregado, quando o vínculo for de natureza trabalhista;
 - f.2.2.) estatuto ou contrato social, quando o vínculo for societário;
 - f.2.3.) contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil, quando o vínculo for contratual.

10.3.1. O(s) atestado(s) deve(m) permitir a obtenção das seguintes informações:

- a) indicação do CNPJ, razão social e endereço completo da pessoa jurídica emissora do atestado;
- b) informação do local e da data de expedição do atestado;



- c) descrição da data de início e, se for o caso, do término do fornecimento/da instalação e da prestação dos serviços referenciados no documento.

10.3.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) preferencialmente estar impresso(s) em papel timbrado da pessoa jurídica que o(s) emitiu, com a descrição do nome completo, do cargo, da função e conter a assinatura legível do responsável e, adicionalmente, conter dados sobre contatos de telefone, fax e correio eletrônico do responsável pela emissão do(s) atestado(s).

10.4. Os profissionais indicados pela licitante, conforme alínea “f” do item 10.3 do Edital, deverão permanecer na supervisão dos serviços durante a vigência do Contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que, prévia e formalmente aprovada pela Administração.

10.5. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação da licitante.

10.6. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema ComprasNet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento.

10.6.1. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, à Secretaria Executiva da Comissão Permanente de Licitação, localizada no endereço da Comissão citado na página 1.

10.6.2. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, que deverá ser o mesmo utilizado para cadastramento de sua proposta.

10.6.2.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.6.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

10.6.4. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

10.7. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação.

10.7.1. Poderá ser concedida prorrogação do prazo previsto neste item, por igual período, a critério da Câmara dos Deputados, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.7.2. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.



10.8. O Pregoeiro verificará, durante a fase de habilitação das empresas, além da habitual pesquisa já realizada no SICAF, a existência de registros impeditivos da contratação:

- a) no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria-Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br>);
- b) por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça(CNJ);
- c) por composição societária das empresas a serem contratadas, mediante pesquisa no SICAF, a fim de se certificar se entre os sócios há servidores do próprio órgão contratante, abstendo-se de celebrar contrato nessas condições, em atenção ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666, de 1993.

10.9. O Pregoeiro verificará, no Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br>), quando da habilitação de microempresa e empresa de pequeno porte, além das situações descritas no item anterior, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da Lei Complementar 123, de 2006.

10.10. Caso não tenham sido atendidas as exigências para habilitação, o Pregoeiro declarará a licitante inabilitada e convocará a autora do menor preço subsequente, repetindo os procedimentos, até que se logre a habilitação da licitante que tenha atendido todas as exigências para essa finalidade.

11. DO RECURSO E DA ADJUDICAÇÃO

11.1. Após a divulgação da vencedora do grupo único, as licitantes poderão manifestar-se pela intenção de interpor recurso contra a decisão do Pregoeiro, em campo próprio do sistema eletrônico, apresentando, na forma disponibilizada pelo sistema eletrônico, de modo objetivo e conciso, os motivos da contestação.

11.1.1. O Pregoeiro estabelecerá o prazo para manifestação pela intenção de interpor recurso, que não será inferior a 30 (trinta) minutos.

11.2. A falta de manifestação motivada pela interposição de recurso, dentro do prazo estabelecido pelo Pregoeiro, importará a decadência do direito de recorrer.

11.3. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, motivadamente, aceitando-a ou rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

11.4. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá apresentar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de três dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.4.1. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada às interessadas na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, localizada no endereço da Comissão citado na página 1.



11.5. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Caso não reconsidere sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração do Diretor Administrativo para fins de decisão quanto ao recurso e à adjudicação do objeto.

11.7. Em caso de não ser aceita a manifestação quanto à intenção de recurso, por falta de fundamentação, ou se não ocorrerem manifestações formais no sentido de interpor recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do Pregão à licitante vencedora.

11.8. O ato de adjudicação do objeto do procedimento licitatório pelo Pregoeiro ficará sujeito à homologação do Diretor Administrativo da Câmara dos Deputados.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

12.1. Após o encerramento da sessão do Pregão, no prazo de até três dias úteis, contados da adjudicação, a proposta completa ajustada ao lance final da licitante vencedora e, se for o caso, a documentação técnica, bem como os documentos exigidos para habilitação, deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, à Secretaria da Comissão Permanente de Licitação da Câmara dos Deputados, localizada no endereço da Comissão citado na página 1.

12.2. A proposta completa original deverá ser apresentada sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada, assinada por quem de direito, preferencialmente em duas vias.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O Pregão poderá ser transferido a critério da Câmara dos Deputados; revogado, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou, ainda, anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

13.1.1. No caso de desfazimento do procedimento licitatório fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. A Câmara dos Deputados, assegurado o direito de defesa, por despacho fundamentado de seu Diretor Administrativo, poderá desclassificar licitante, sem que a esta caiba o direito de reclamar qualquer indenização e sem prejuízo de outras sanções, se lhe chegar ao conhecimento qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone ou infirme a idoneidade, a capacidade jurídica, financeira ou técnica da participante.

13.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, interpretando as normas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação, vedada a inclusão posterior de documentação ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou de seus anexos.



13.4. Quando do julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e de habilitação.

13.5. Os prazos referidos neste Edital e em seus Anexos começam a fluir a partir do termo inicial preestabelecido, ou da intimação formal realizada pela Câmara dos Deputados.

13.5.1. Consideram-se feitas as intimações, convocações ou comunicações às participantes, conforme o caso:

- a) na própria sessão pública do Pregão Eletrônico;
- b) pela publicação dos atos no Diário Oficial da União;
- c) por carta;
- d) ou, quando cabível, por meio de mensagem apresentada no sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br.

13.5.2. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente normal da Câmara dos Deputados.

13.5.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

13.6. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

13.7. Durante a execução contratual, sendo a Contratada objeto de fusão, incorporação ou cisão, a Câmara dos Deputados examinará a conveniência de manter em vigência o Contrato celebrado.

13.7.1. A manutenção da vigência contratual dependerá, em qualquer caso, do atendimento pela nova sociedade empresária das condições de habilitação consignadas neste Edital e de não serem alteradas as condições de execução do Contrato.

13.8. Os documentos constantes do processo de licitação, incluindo este Edital e seus Anexos, poderão ser consultados na Comissão Permanente de Licitação, no endereço citado na página 1, facultada a obtenção de cópias mediante o recolhimento da importância devida em favor do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

13.8.1. O recolhimento deve ser feito por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) Simples nos terminais de auto atendimento do Banco do Brasil e na página da Internet, ambos por meio da opção "pagamentos c/ código de barras – Água/Luz/Telefone/Gás", ou diretamente ao caixa.

13.8.2. A GRU Simples pode ser gerada mediante acesso ao portal SIAFI no endereço www.stn.fazenda.gov.br e deve ser preenchida com os seguintes campos:

- a) Unidade Favorecida (Código): 010090, Gestão: 00001;
- b) Recolhimento (Código): 28830-6;



c) Número de Referência: 422.

14. DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, para decidir demandas judiciais decorrentes deste procedimento licitatório.

Brasília, 8 de março de 2016.

Beatriz de Fátima e Silva Mezêncio
Pregoeira



ANEXO N. 1
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA JUSTIFICATIVA

A manutenção dos equipamentos de fisioterapia visa assegurar sua perfeita condição operacional, evitando interrupções indesejáveis dos serviços prestados.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa relativa ao objeto deste Pregão correrá à conta de dotação existente com a seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho: 01.301.0553.2004.5664 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.

- Natureza da Despesa:

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

GRUPO ÚNICO (Itens 1 a 39)	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS
---	--

ITEM 1 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM DIVÃ ELÉTRICO - 1

MARCA: ISP - INSTITUTO SÃO PAULO.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 219.888.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM 2 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM DIVÃ ELÉTRICO - 2

MARCA: ISP - INSTITUTO SÃO PAULO.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 280.886.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM 3 MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM CAMA ELÉTRICA - 1

MARCA/MODELO: HILL-ROM/CENTURY P1400.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 202.094.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1



ITEM 4 MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM CAMA ELÉTRICA - 2

MARCA/MODELO: HILL-ROM/CENTURY P1400.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 202.095.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM 5 MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM CAMA ELÉTRICA - 3

MARCA/MODELO: HILL-ROM/CENTURY P1400.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 202.096.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM 6 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ESTEIRA ELÉTRICA

MARCA/MODELO: MOVEMENT/RT-250 PRO.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 228.016.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM 7 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE RAIOS INFRAVERMELHOS (LASER) - 1

MARCA/MODELO: KLD/LIVE 877.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 168.859.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM 8 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE RAIOS INFRAVERMELHOS (LASER) - 2

MARCA/MODELO: KLD/LIVE 877.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 168.860.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM 9 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE MICRO-ONDAS (FISIOTERAPIA) - 1

MARCA/MODELO: KLD/MICROTERM.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 254.498.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM 10 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE MICRO-ONDAS (FISIOTERAPIA) - 2

MARCA/MODELO: KLD/MICROTERM.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.



NRP: 254.499.
Unidade: SERVIÇO
Quantidade: 1

ITEM 11 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE TERAPIA COMBINADA - 1

MARCA/MODELO: KLD/SONOPHASY.
DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.
NRP: 254.500.
Unidade: SERVIÇO
Quantidade: 1

ITEM 12 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE TERAPIA COMBINADA - 2

MARCA/MODELO: KLD/SONOPHASY.
DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.
NRP: 254.501.
Unidade: SERVIÇO
Quantidade: 1

ITEM 13 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE TERAPIA COMBINADA - 3

MARCA/MODELO: KLD/SONOPHASY.
DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.
NRP: 254.502.
Unidade: SERVIÇO
Quantidade: 1

ITEM 14 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE TERAPIA COMBINADA - 4

MARCA/MODELO: KLD/SONOPHASY.
DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.
NRP: 254.503.
Unidade: SERVIÇO
Quantidade: 1

ITEM 15 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE ULTRASSOM - 1

MARCA/MODELO: IBRAMED/SONOPULSE.
DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.
NRP: 196.112.
Unidade: SERVIÇO
Quantidade: 1

ITEM 16 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE ULTRASSOM - 2

MARCA/MODELO: IBRAMED/SONOPULSE.
DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.
NRP: 196.113.



Unidade: SERVIÇO
Quantidade: 1

ITEM 17 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE ULTRASSOM - 3

MARCA/MODELO: IBRAMED/SONOPULSE.
DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.
NRP: 196.114.
Unidade: SERVIÇO
Quantidade: 1

ITEM 18 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE ULTRASSOM - 4

MARCA/MODELO: IBRAMED/SONOPULSE.
DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.
NRP: 196.115.
Unidade: SERVIÇO
Quantidade: 1

ITEM 19 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR TENS - CARCI - 1

MARCA/MODELO: CARCI/TENSMED IV REF. 4035.
DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.
NRP: 167.181.
Unidade: SERVIÇO
Quantidade: 1

ITEM 20 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR TENS - CARCI - 2

MARCA/MODELO: CARCI/TENSMED IV REF. 4035.
DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.
NRP: 167.184.
Unidade: SERVIÇO
Quantidade: 1

ITEM 21 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR TENS - CARCI - 3

MARCA/MODELO: CARCI/TENSMED IV REF. 4035.
DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.
NRP: 167.185.
Unidade: SERVIÇO
Quantidade: 1

ITEM 22 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR TENS - QUARK - 1

MARCA/MODELO: QUARK/TENSVIL 993.
DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.
NRP: 185.778.
Unidade: SERVIÇO
Quantidade: 1



ITEM	23	MANUTENÇÃO	PREVENTIVA	E	CORRETIVA	EM
ELETROESTIMULADOR TENS - QUARK - 2						

MARCA/MODELO: QUARK/TENSVIL 993.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 185.779.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM	24	MANUTENÇÃO	PREVENTIVA	E	CORRETIVA	EM
ELETROESTIMULADOR TENS - QUARK - 3						

MARCA/MODELO: QUARK/TENSVIL 993.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 185.780.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM	25	MANUTENÇÃO	PREVENTIVA	E	CORRETIVA	EM
ELETROESTIMULADOR PORTÁTIL - 1						

MARCA/MODELO: QUARK/VIF 974.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 205.808.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM	26	MANUTENÇÃO	PREVENTIVA	E	CORRETIVA	EM
ELETROESTIMULADOR PORTÁTIL - 2						

MARCA/MODELO: QUARK/VIF 974.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 205.809.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM	27	MANUTENÇÃO	PREVENTIVA	E	CORRETIVA	EM
ELETROESTIMULADOR PORTÁTIL - 3						

MARCA/MODELO: QUARK/VIF 974.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 205.810.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM	28	MANUTENÇÃO	PREVENTIVA	E	CORRETIVA	EM
ELETROESTIMULADOR PORTÁTIL - 4						

MARCA/MODELO: QUARK/VIF 974.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 205.811.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1



ITEM 29 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR - 1

MARCA/MODELO: QUARK/NEMESYS 941.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 233.692.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM 30 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR - 2

MARCA/MODELO: QUARK/NEMESYS 941.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 233.693.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM 31 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR - 3

MARCA/MODELO: QUARK/NEMESYS 941.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 233.694.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM 32 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM BICICLETA ERGOMÉTRICA - 1

MARCA/MODELO: MOVEMENT/BM.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 185.756.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM 33 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM BICICLETA ERGOMÉTRICA - 2

MARCA/MODELO: MOVEMENT/BM.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 276.755.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM 34 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTO LASER (FISIOTERAPIA)

MARCA/MODELO: KLD/PLASMAX.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 114.578.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1



ITEM 35 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM PLATAFORMA VIBRATÓRIA

MARCA/MODELO: ISP - INSTITUTO SÃO PAULO/ISP TRIPLANAR.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 314.188

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM 36 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM MACA COMBINADA TRAPEZIO CADILLAC REFORMER

MARCA/MODELO: NEW PILATES/MACA COMBINADA COM TRAPÉZIO CADILLAC+REFORMER.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 318.728.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM 37 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE MICROONDAS - 3

MARCA/MODELO: KLD/MICROTERM.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 311.554.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM 38 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE MICROONDAS - 4

MARCA/MODELO: KLD/MICROTERM.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 311.555.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

ITEM 39 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE ONDAS CURTAS - 1

MARCA/MODELO: IBRAMED/THERMOPULSE.

DESCRIÇÃO: conforme especificações constantes deste anexo.

NRP: 311.780.

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1

4. DA VISTORIA TÉCNICA

4.1. Durante o prazo de elaboração de propostas, ficarão disponíveis os equipamentos objeto deste Edital para realização de vistorias técnicas agendadas, para fins de conhecimento da natureza, da área e das condições de execução dos serviços.



4.2. As vistorias técnicas serão agendadas no Setor de Fisioterapia do Departamento Médico da Câmara dos Deputados, por meio do telefone (61) 3216-7845.

4.3. Não tendo realizado a vistoria de que trata este título, a licitante não poderá arguir desconhecimento das condições dos equipamentos ou da infraestrutura existente.

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A Contratada deverá estar apta a iniciar a prestação dos serviços objeto da presente licitação em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato.

5.1.1. A Contratada deverá comunicar ao Órgão Responsável, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os nomes das pessoas autorizadas a receber as solicitações/comunicações formais a serem encaminhadas pela Contratante, bem como a relação nominal dos técnicos habilitados a prestar manutenção nos equipamentos.

5.1.1.1. Qualquer alteração dos dados fornecidos deverá ser formalmente comunicada ao Órgão Responsável.

5.2. MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

5.2.1. Os serviços de manutenção preventiva serão executados nas dependências da Contratante, em regime de visitas programadas efetuadas periodicamente, mediante agendamento com o Órgão Responsável, independentemente de chamado da Contratante.

5.2.2. As intervenções de manutenção preventiva deverão ser executadas com a frequência mínima de 1 (uma) intervenção a cada 3 (três) meses, exceto para os aparelhos de Ultrassom, que deverão receber 1 (uma) intervenção a cada 1 (um) mês.

5.2.3. Os serviços de manutenção preventiva consistirão em:

- a) limpeza interna e externa;
- b) verificação eletrônica;
- c) verificação mecânica;
- d) substituição de todas as peças ou componentes desgastados ou defeituosos;
- e) substituição de filtros;
- f) lubrificação;
- g) calibração em geral;
- h) calibração dos aparelhos de ultrassom (no mínimo, mensalmente);
- i) alinhamento;
- j) ajustes;
- k) outras tarefas de rotina recomendadas para este equipamento;



l) testes finais de funcionamento para entrega do equipamento.

5.3. MANUTENÇÃO CORRETIVA:

5.3.1. Os serviços de manutenção corretiva consistirão em:

- a) reparo de quaisquer falhas, deficiências ou mau funcionamento do equipamento, reportados ou não pela Contratante, de forma a restaurar as condições iniciais de funcionamento do equipamento;
- b) quaisquer outras atividades que se fizerem necessárias, identificadas na manutenção preventiva.

5.3.2. A Contratante acionará a Contratada para realização da **manutenção corretiva** sempre que houver necessidade, sem limite de quantidade de chamadas no período de vigência do contrato, mediante emissão de Ordem de Serviço por fax ou e-mail, conforme modelo constante no Anexo n. 6.

5.3.3. A confirmação do recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada deverá ser obtida pela Câmara dos Deputados imediatamente após o envio.

5.3.4. A prestação dos serviços de manutenção corretiva deverá obedecer aos seguintes prazos:

- a) visita técnica no local de instalação em até 1 (um) dia útil contado da confirmação do recebimento da Ordem de Serviço;
- b) correção do defeito em até 3 (três) dias úteis contados da confirmação do recebimento da Ordem de Serviço, salvo casos excepcionais devidamente justificados, com expressa anuência do Órgão Responsável.

5.3.5. À Contratada não caberá o ônus da execução de manutenção corretiva quando o defeito for comprovadamente originado de uso inadequado do equipamento, negligência ou imprudência do operador, impacto mecânico indevido, intervenção de pessoal não autorizado ou condições anormais de temperatura, umidade, alimentação elétrica e/ou hidráulica.

5.4. Todas as despesas com viagens, estada e permanência de pessoal da Contratada, durante a vigência do contrato, correrão por sua conta exclusiva, não cabendo à Contratante nenhuma despesa adicional além do valor do contrato.

5.5. Quando da realização de qualquer manutenção no equipamento, deverão ser esclarecidas dúvidas existentes sobre os procedimentos operacionais dos equipamentos.

5.6. Na execução de todos os serviços somente deverão ser utilizados ferramentas, instrumental, acessórios e peças recomendados pelo fabricante, responsabilizando-se a Contratada integralmente pelos danos causados em caso de não atendimento deste requisito.

5.7. Os serviços de manutenção deverão ser sempre prestados pelos técnicos especializados da Contratada, devidamente identificados.

5.8. Os serviços de rotina deverão ser sempre prestados dentro do horário normal do expediente da Câmara dos Deputados, das 8h às 12h e das 14h às 18h.



5.9. Caso haja necessidade de retirada de equipamentos, peças ou componentes das dependências da Câmara dos Deputados para reparo ou substituição, será necessária autorização de saída emitida pela Coordenação de Patrimônio do Departamento de Material e Patrimônio, a ser concedida ao funcionário da Contratada, formalmente identificado.

5.9.1. A autorização de saída, instrumento indispensável à retirada de equipamentos, peças ou componentes, será solicitada pelo Órgão Responsável.

5.9.2. A Contratada ficará obrigada a comunicar formalmente a devolução de equipamento, peça ou componente retirado das dependências da Câmara dos Deputados para reparo.

5.10. Para cada manutenção preventiva e corretiva, o técnico da Contratada deverá preencher o Relatório de Atendimento Técnico (RAT), conforme modelo constante do Anexo n. 7, observado o disposto no Título 6 deste anexo.

5.11. Os serviços de Calibração dos Equipamentos de Ultrassom deverão ser efetuados respeitando-se as normas ABNT e IEC aplicáveis, e somente serão considerados concluídos com a entrega dos seguintes documentos:

- a) Cópia do Certificado de Calibração do Equipamento Padrão utilizado, rastreável aos Padrões nacionais do INMETRO, dentro do prazo de validade;
- b) Cópia dos Procedimentos da Contratada, utilizados para Calibração dos Equipamentos de Ultrassom.

5.12. Condições de Operação:

5.12.1. A Contratante se responsabiliza pela manutenção das corretas condições de temperatura, umidade, alimentação elétrica e hidráulica, previstas nos manuais do fabricante de forma a garantir o perfeito funcionamento do equipamento durante o período contratual.

5.12.2. A Contratante utilizará exclusivamente os reagentes e materiais de consumo que atendam às especificações do fabricante do equipamento, de acordo com recomendações da Contratada.

6. DO RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO

6.1. A Contratada deverá apresentar Relatório de Atendimento Técnico (RAT) para cada Visita Técnica, conforme modelo apresentado no Anexo n. 7.

6.2. O Relatório de Atendimento Técnico deverá detalhar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) equipamentos que receberam o serviço;
- b) defeitos relatados;
- c) defeitos detectados durante a visita;
- d) relação de serviços executados;
- e) serviços não executados e pendentes para a solução dos defeitos;
- f) lista de peças que necessitam ser substituídas, com código de identificação;



- g) lista de peças que foram substituídas, com código de identificação;
- h) lista de irregularidades nas condições observadas e recomendações para a operação;
- i) data e hora da conclusão do atendimento;
- j) assinatura do técnico responsável pelo atendimento.

6.2.1. O prazo para a apresentação do RAT é de até 1 (um) dia útil após cada Visita Técnica.

6.3. A entrega do RAT devidamente preenchido e assinado é condição necessária para aceitação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.

6.4. A Contratada poderá propor um modelo diferente de RAT, desde que contenha todos os dados requeridos, sendo necessária apresentação por escrito e aprovação formal do modelo pelo Órgão Responsável.

7. DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PEÇAS

7.1. Caberá à Contratada o fornecimento, à base de troca, de todas e quaisquer peças, componentes e produtos utilizados na execução do serviço, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

7.2. Em toda substituição de peças ou componentes do equipamento deverão ser utilizados exclusivamente peças e componentes novos e originais, livres de defeitos ou vícios, e que correspondam perfeitamente às especificações do fabricante.

7.2.1. A Câmara dos Deputados poderá autorizar a instalação de peça ou componente diferente do original recomendado pelo fabricante em caso de comprovada descontinuidade da sua fabricação ou impossibilidade de sua obtenção no mercado, devendo a peça substituta atender plenamente às funções da peça ou componente retirado.

8. DA RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

8.1. Os equipamentos que deverão receber os serviços de manutenção preventiva e corretiva são os abaixo relacionados:

	Equipamento	Marca	Modelo	Número de Registro de Patrimônio (NRP)	Quant.
1	Laser (para Fisioterapia)	KLD	Plasmax	114.578	1
2	Bicicleta Ergométrica	Movement	BM	185.756, 276.755	2
3	Eletroestimulador	Quark	Nemesys 941	233.692 233.693 233.694	3
4	Eletroestimulador Portátil	Quark	VIF 974	205.808 205.809 205.810 205.811	4



	Equipamento	Marca	Modelo	Número de Registro de Patrimônio (NRP)	Quant.
5	Eletroestimulador Tens	Quark	Tensvil 993	185.778 185.779 185.780	3
6	Eletroestimulador Tens	Carci	Tensmed IV ref. 4035	167.181 167.184 167.185	3
7	Ultrassom (para Fisioterapia)	Ibramed	Sonopulse	196.112 196.113 196.114 196.115	4
8	Aparelho de Terapia Combinada	KLD	Sonophasys	254.500, 254.501 254.502 254.503	4
9	Aparelho de Microondas	KLD	Microterm	254.498 254.499 311.554 311.555	4
10	Aparelho de Ondas Curtas	Ibramed	Thermopulse	311.780	1
11	Aparelho de Raios Infravermelhos (Laser)	KLD	Live 877	168.859 168.860	2
12	Esteira Elétrica	Movement	RT-250 Pro	228.016	1
13	Cama elétrica	Hill-Rom	Century P1400	202.094 202.095 202.096	3
14	Divã elétrico	ISP - Instituto SP		219.888 280.886	2
15	Plataforma vibratória	ISP - Instituto SP	ISP Tripalananar	314.188	1
16	Maca combinada Reformer + Trapezio Cadillac	New Pilates	Reformer + Trapezio	318.728	1

9. DO RECEBIMENTO

9.1. O objeto contratual será recebido definitivamente se em perfeitas condições e conforme as especificações editalícias a que se vincula a proposta da Contratada, observado o disposto nos itens 5.11 e 6.3 deste anexo.

10. DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

10.1. Consideram-se órgãos responsáveis pela gestão dos serviços objeto do contrato o SETOR DE FISIOTERAPIA e a COORDENAÇÃO DE EMERGÊNCIAS MÉDICAS do Departamento Médico da Câmara dos Deputados, localizados no Edifício Anexo III, que designarão os fiscais responsáveis pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização da execução contratual.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECPL
Fl. _____
Rub. _____

Pregão Eletrônico n. 20/2016
Processo n. 120.569/2014

10.2. A Coordenação de Engenharia de Equipamentos do Departamento Técnico da Câmara dos Deputados, localizada no Edifício Anexo I, 18º Andar, Sala 1805, atuará como Assistente de Fiscalização.

Brasília, 8 de março de 2016.

Beatriz de Fátima e Silva Mezêncio
Pregoeira



ANEXO N. 2

DA CONTRATAÇÃO

1. DO CONTRATO

1.1. A adjudicatária do presente Pregão assinará o respectivo Contrato no prazo de cinco dias úteis a partir da sua notificação.

1.1.1. O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Câmara.

1.2. O Contrato terá duração de doze meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com o inciso II do Artigo 57 da Lei 8.666, de 1993, e com o inciso II do Artigo 105 do REGULAMENTO, a critério da Câmara dos Deputados.

1.3. Para a assinatura do contrato, a adjudicatária indicará à Câmara dos Deputados, o nome de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las ao Órgão Responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com os números de telefone e fax e o endereço eletrônico que serão utilizados para contato e para envio da Ordem de Serviço.

1.3.1. Qualquer alteração dos dados fornecidos deverá ser formalmente comunicada ao Órgão Responsável.

1.4. O Edital e seus anexos, bem como a proposta vencedora, integrarão o Contrato, como se nele estivessem transcritos.

1.5. Caso a adjudicatária convocada não assine o Contrato no prazo e nas condições estabelecidos, a Câmara dos Deputados reserva-se o direito de convocar outra licitante, observada a ordem de classificação, para fazê-lo em conformidade com a proposta desta, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, e assim sucessivamente, sem prejuízo das sanções cabíveis.

1.6. O Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

2. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

2.1. No interesse da Câmara dos Deputados, o valor do Contrato decorrente desta licitação poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de acréscimos ou exclusões de componentes do objeto, nas mesmas condições contratuais da proposta, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO.

2.1.1. As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A Contratada deverá cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



- 3.2. Além do estatuído neste Edital e em seus Anexos, a Contratada cumprirá as instruções complementares do Órgão Responsável, quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de seus empregados nos prédios administrativos da Câmara dos Deputados.
- 3.3. Para o pessoal em serviço será exigido o porte de cartão de identificação, a ser fornecido pela prestadora dos serviços ou, no interesse administrativo, pelo Departamento de Polícia Legislativa.
- 3.3.1. Os empregados da Contratada, além de portar identificação, deverão se apresentar sempre limpos e asseados, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer no de higiene pessoal, devendo ser substituído imediatamente aquele que não estiver de acordo com esta exigência, mediante comunicação do Órgão Responsável.
- 3.4. A Contratada assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio da Câmara dos Deputados ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no contrato.
- 3.5. A Contratada comunicará, verbal e imediatamente, ao Órgão Responsável, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, **em até dois dias úteis após o ocorrido**, reduzirá a escrito a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos e entregará o termo ao Órgão Responsável.
- 3.6. Os empregados da Contratada, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas internas ou convencionais da Câmara dos Deputados, não terão com ela qualquer vínculo empregatício ou de subordinação.
- 3.6.1. Todas as obrigações tributárias, trabalhistas e sociais da Contratada e de seus empregados serão de inteira responsabilidade desta.
- 3.7. A Contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, por exigência do Órgão Responsável, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar.
- 3.8. A Contratada fica obrigada a apresentar à Câmara dos Deputados, sempre que expire o prazo de validade, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 3.9. É vedada a subcontratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços objeto deste Pregão.
- 3.10. A Contratada deverá assegurar o adequado treinamento dos técnicos empregados nos serviços, responsabilizando-se pelas consequências de eventuais descumprimentos de normas legais ou de segurança aplicáveis.
- 3.11. A Contratada deverá atender as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho.



3.11.1. Caberá à Contratada fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) específicos e necessários para as atividades que serão desenvolvidas.

3.11.2. A Contratada é responsável pela execução de todos os treinamentos previstos em Normas Regulamentares Aplicáveis a sua atividade dentro dos estabelecimentos da Câmara dos Deputados.

3.11.3. A Câmara dos Deputados, por meio da Seção de Engenharia de Segurança do Trabalho, poderá paralisar a execução do serviço sempre que ficar caracterizada uma situação de grave e iminente risco à vida.

4. DO PAGAMENTO

4.1. O objeto aceito pela Câmara dos Deputados será pago em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

4.1.1. O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da Contratada, em agência bancária indicada, mediante a apresentação em duas vias de nota fiscal/fatura discriminada, emitida no mês subsequente ao da prestação dos serviços, após atestação pelo Órgão Responsável.

4.1.2. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

4.1.3. A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), todos dentro dos prazos de validade neles expressos.

4.2. O pagamento será feito com prazo não superior a trinta dias, contados do aceite do objeto e da comprovação da regularidade da documentação fiscal e trabalhista apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

4.2.1. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Câmara dos Deputados encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), calculados diariamente em regime de juros simples, conforme a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

4.2.1.1. Os encargos moratórios devidos serão incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.



4.3. Quando aplicável, o pagamento efetuado pela Câmara dos Deputados estará sujeito às retenções de que tratam o artigo 31 da Lei 8.212, de 1991, com redação dada pelas Leis 9.711, de 1998 e 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei 9.430, de 1996 e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

4.4. Estando a Contratada isenta das retenções referidas no item anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

4.5. As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada pagamento, declaração em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

5. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

5.1. Após o período de doze meses de vigência do contrato, na hipótese de sua eventual prorrogação, poderá ser admitido, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da avença, reajuste de preços para os serviços do grupo único, utilizando-se o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), fornecido pelo IBGE, ou, caso esse índice venha a ser extinto, o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

5.1.1. A Contratada poderá exercer, perante a Contratante, seu direito ao reajuste dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente ou do encerramento do contrato vigente.

5.1.2. Caso a Contratada não solicite de forma tempestiva o reajuste e prorrogue ou deixe encerrar o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar.

Brasília, 8 de março de 2016.

Beatriz de Fátima e Silva Mezêncio
Pregoeira



ANEXO N. 3

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.
2. As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.
3. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da Contratada de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros.
4. A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação, não mantiver a proposta, faltar ou fraudar com suas obrigações estipuladas neste Edital, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá, após regular processo de apuração de responsabilidade, ficar impedida de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo de multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
 - 4.1. Pelo descumprimento de outras obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666, de 1993, a saber:
 - a) advertência, formalizada por escrito;
 - b) multa, nos casos previstos neste Edital;
 - c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a Câmara dos Deputados;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.
5. Caso a adjudicatária não assine o Contrato no prazo estipulado neste Edital, sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Câmara dos Deputados, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida.
 - 5.1. Ocorrendo a hipótese referida neste item, a Câmara dos Deputados anulará a Nota de Empenho e aplicará à adjudicatária multa de 10% (dez por cento) do valor total da adjudicação, instaurando processo para apuração de responsabilidade, do qual poderá resultar o impedimento de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
6. Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela Câmara dos Deputados para dar início à execução dos serviços, à Contratada será imposta multa calculada sobre o valor da adjudicação, de acordo com a seguinte tabela:



DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

7. Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% da quantia definida na Portaria n. 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.

7.1. Não se aplica o disposto neste item, quando verificada, em um período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa da União.

8. Findo o prazo fixado sem que a Contratada tenha iniciado a execução dos serviços, além da multa prevista, poderá, a critério da Câmara, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

9. A Contratada será também considerada em atraso se prestar os serviços em desacordo com as especificações e não corrigir as inconsistências apresentadas dentro do período remanescente do prazo de execução fixado.

10. Na hipótese de abandono da contratação, a qualquer tempo, ficará a Contratada sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente do contrato, nele incluído o valor total do serviço requisitado e não realizado, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

11. Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela Câmara dos Deputados ou recolhidos pela Contratada à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de cinco dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

12. Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas não justificadas ou se a Câmara dos Deputados julgar as justificativas improcedentes, poderão ser impostas à Contratada, ainda, multas por infração cometida, limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) do valor do contrato, observados, sempre, a reprovabilidade da conduta da Contratada, dolo ou culpa e o disposto no item 11 deste anexo e sopesados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de acordo com a seguinte tabela:



INFRAÇÃO	PERCENTUAIS (sobre o valor contratual mensal vigente na data da ocorrência do fato)
1. Atrasar a realização da manutenção preventiva, em relação à frequência estabelecida, sem expressa anuência da Contratante, por dia de atraso	2%
2. Deixar de iniciar a manutenção corretiva no prazo estipulado, por dia de atraso.	5%
3. Deixar de concluir a manutenção corretiva no prazo estipulado, sem a expressa anuência da Contratante, por dia de atraso.	5%
4. Deixar de utilizar peças e componentes novos e originais, livres de defeitos ou vícios, e que correspondam perfeitamente às especificações do fabricante, sem formal autorização da Câmara dos Deputados, por peça ou componente	5%
5. Atrasar a entrega do Relatório de Atendimento Técnico (RAT) em relação ao prazo estipulado, por dia de atraso	1%
6. Remover equipamento, peça ou componente das dependências da Contratante, sem expressa autorização do Departamento de Material e Patrimônio, por equipamento, peça ou componente	5%
7. Deixar de cumprir outras obrigações legais ou contratuais ou incorrer em quaisquer faltas para as quais não tenha sido prevista outra multa, por evento	3%

Brasília, 8 de março de 2016.

Beatriz de Fátima e Silva Mezêncio
Pregoeira



ANEXO N. 4

MODELO DA PROPOSTA COMPLETA

(Anexo disponível em documento WORD (.doc) para download na página
<http://www2.camara.leg.br/transparencia/licitacoes/editais/pregaoeletronico.html>).

PREGÃO ELETRÔNICO N. 20/16

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de fisioterapia, com fornecimento de peças, pelo período de 12 (doze) meses.

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

FONE/FAX: _____

ENDEREÇO ELETRÔNICO: _____

À
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em atendimento ao Edital do Pregão à epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

GRUPO/ ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PREÇO TOTAL MENSAL (A) (R\$)	PREÇO TOTAL ANUAL (B) = A x 12 (R\$)
GRUPO ÚNICO (ITENS 1 A 39)	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS				
ITEM 1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM DIVÃ ELÉTRICO - 1	SV	1		
ITEM 2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM DIVÃ ELÉTRICO - 2	SV	1		
ITEM 3	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM CAMA ELÉTRICA - 1	SV	1		
ITEM 4	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM CAMA ELÉTRICA - 2	SV	1		
ITEM 5	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM CAMA ELÉTRICA - 3	SV	1		
ITEM 6	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ESTEIRA ELÉTRICA	SV	1		
ITEM 7	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE RAIOS INFRAVERMELHOS (LASER) - 1	SV	1		
ITEM 8	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE RAIOS INFRAVERMELHOS (LASER) - 2	SV	1		



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 20/2016
Processo n. 120.569/2014

GRUPO/ ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PREÇO TOTAL MENSAL (A) (R\$)	PREÇO TOTAL ANUAL (B) = A x 12 (R\$)
ITEM 9	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE MICRO-ONDAS (FISIOTERAPIA) - 1	SV	1		
ITEM 10	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE MICRO-ONDAS (FISIOTERAPIA) - 2	SV	1		
ITEM 11	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE TERAPIA COMBINADA - 1	SV	1		
ITEM 12	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE TERAPIA COMBINADA - 2	SV	1		
ITEM 13	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE TERAPIA COMBINADA - 3	SV	1		
ITEM 14	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE TERAPIA COMBINADA - 4	SV	1		
ITEM 15	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE ULTRASSOM - 1	SV	1		
ITEM 16	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE ULTRASSOM - 2	SV	1		
ITEM 17	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE ULTRASSOM - 3	SV	1		
ITEM 18	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE ULTRASSOM - 4	SV	1		
ITEM 19	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR TENS - CARCI - 1	SV	1		
ITEM 20	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR TENS - CARCI - 2	SV	1		
ITEM 21	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR TENS - CARCI - 3	SV	1		
ITEM 22	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR TENS - QUARK - 1	SV	1		
ITEM 23	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR TENS - QUARK - 2	SV	1		



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECPL
Fl. ____
Rub. ____

Pregão Eletrônico n. 20/2016
Processo n. 120.569/2014

GRUPO/ ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PREÇO TOTAL MENSAL (A) (R\$)	PREÇO TOTAL ANUAL (B) = A x 12 (R\$)
ITEM 24	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR TENS - QUARK - 3	SV	1		
ITEM 25	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR PORTÁTIL - 1	SV	1		
ITEM 26	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR PORTÁTIL - 2	SV	1		
ITEM 27	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR PORTÁTIL - 3	SV	1		
ITEM 28	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR PORTÁTIL - 4	SV	1		
ITEM 29	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR - 1	SV	1		
ITEM 30	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR - 2	SV	1		
ITEM 31	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR - 3	SV	1		
ITEM 32	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM BICICLETA ERGOMÉTRICA - 1	SV	1		
ITEM 33	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM BICICLETA ERGOMÉTRICA - 2	SV	1		
ITEM 34	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTO LASER (FISIOTERAPIA)	SV	1		
ITEM 35	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM PLATAFORMA VIBRATÓRIA	SV	1		
ITEM 36	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM MACA COMBINADA TRAPEZIO CADILLAC REFORMER	SV	1		
ITEM 37	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE MICROONDAS - 3	SV	1		
ITEM 38	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE MICROONDAS - 4	SV	1		
ITEM 39	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE ONDAS CURTAS - 1	SV	1		
PREÇO TOTAL MENSAL PARA O GRUPO ÚNICO (C) = \sum A R\$					
PREÇO GLOBAL ANUAL PARA O GRUPO ÚNICO (D) = \sum B					



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Pregão Eletrônico n. 20/2016
Processo n. 120.569/2014

GRUPO/ ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PREÇO TOTAL MENSAL (A) (R\$)	PREÇO TOTAL ANUAL (B) = A x 12 (R\$)
					R\$
PREÇO GLOBAL ANUAL PARA O GRUPO ÚNICO POR EXTENSO:					

Declaramos que os itens constantes desta proposta correspondem exatamente às especificações descritas no Anexo n. 1 do Edital, às quais aderimos formalmente.

Declaramos que disponibilizaremos equipamentos e pessoal técnico adequados para realização do objeto da presente licitação.

Declaramos que dispomos de todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, inclusive balança de força de radiação para calibração dos Equipamentos de Ultrassom.

Balança(s) a ser(em) utilizada(s) para calibração dos Equipamentos de Ultrassom	Marca	Modelo

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (por extenso) dias (observar o disposto no Título 9 do Edital).

Brasília, de de 2016.

Assinatura do representante legal da empresa

Nome do representante legal da empresa

Brasília, 8 de março de 2016.

Beatriz de Fátima e Silva Mezêncio
Pregoeira



ANEXO N. 5
ORÇAMENTO ESTIMADO

GRUPO/ ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PREÇO TOTAL MENSAL (A) R\$	PREÇO TOTAL ANUAL (B) = (A) x 12 R\$
GRUPO ÚNICO (ITENS 1 a 39)	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS				
ITEM 1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM DIVÃ ELÉTRICO - 1	SV	1	95,00	1.140,00
ITEM 2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM DIVÃ ELÉTRICO - 2	SV	1	95,00	1.140,00
ITEM 3	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM CAMA ELÉTRICA - 1	SV	1	140,00	1.680,00
ITEM 4	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM CAMA ELÉTRICA - 2	SV	1	222,20	2.666,40
ITEM 5	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM CAMA ELÉTRICA - 3	SV	1	225,00	2.700,00
ITEM 6	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ESTEIRA ELÉTRICA	SV	1	137,50	1.650,00
ITEM 7	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE RAIOS INFRAVERMELHOS (LASER) - 1	SV	1	95,00	1.140,00
ITEM 8	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE RAIOS INFRAVERMELHOS (LASER) - 2	SV	1	95,00	1.140,00
ITEM 9	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE MICRO-ONDAS (FISIOTERAPIA) - 1	SV	1	160,65	1.927,80
ITEM 10	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE MICRO-ONDAS (FISIOTERAPIA) - 2	SV	1	160,65	1.927,80
ITEM 11	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE TERAPIA COMBINADA - 1	SV	1	130,04	1.560,48
ITEM 12	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE TERAPIA COMBINADA - 2	SV	1	130,04	1.560,48
ITEM 13	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE TERAPIA COMBINADA - 3	SV	1	130,04	1.560,48
ITEM 14	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE TERAPIA COMBINADA - 4	SV	1	130,04	1.560,48
ITEM 15	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE ULTRASSOM - 1	SV	1	113,35	1.360,20
ITEM 16	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE ULTRASSOM - 2	SV	1	113,35	1.360,20



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 20/2016
Processo n. 120.569/2014

GRUPO/ ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PREÇO TOTAL MENSAL (A) R\$	PREÇO TOTAL ANUAL (B) = (A) x 12 R\$
ITEM 17	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE ULTRASSOM - 3	SV	1	113,35	1.360,20
ITEM 18	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE ULTRASSOM - 4	SV	1	113,35	1.360,20
ITEM 19	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR TENS - CARCI - 1	SV	1	72,50	870,00
ITEM 20	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR TENS - CARCI - 2	SV	1	72,50	870,00
ITEM 21	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR TENS - CARCI - 3	SV	1	72,50	870,00
ITEM 22	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR TENS - QUARK - 1	SV	1	72,50	870,00
ITEM 23	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR TENS - QUARK - 2	SV	1	72,50	870,00
ITEM 24	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR TENS - QUARK - 3	SV	1	72,50	870,00
ITEM 25	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR PORTÁTIL - 1	SV	1	90,00	1.080,00
ITEM 26	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR PORTÁTIL - 2	SV	1	90,00	1.080,00
ITEM 27	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR PORTÁTIL - 3	SV	1	90,00	1.080,00
ITEM 28	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR PORTÁTIL - 4	SV	1	90,00	1.080,00
ITEM 29	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR - 1	SV	1	72,50	870,00
ITEM 30	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR - 2	SV	1	72,50	870,00
ITEM 31	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELETROESTIMULADOR - 3	SV	1	72,50	870,00



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECPL
Fl. ____
Rub. ____

Pregão Eletrônico n. 20/2016
Processo n. 120.569/2014

GRUPO/ ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PREÇO TOTAL MENSAL (A) R\$	PREÇO TOTAL ANUAL (B) = (A) x 12 R\$
ITEM 32	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM BICICLETA ERGOMÉTRICA - 1	SV	1	114,60	1.375,20
ITEM 33	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM BICICLETA ERGOMÉTRICA - 2	SV	1	114,60	1.375,20
ITEM 34	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTO LASER (FISIOTERAPIA)	SV	1	120,85	1.450,20
ITEM 35	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM PLATAFORMA VIBRATÓRIA	SV	1	165,17	1.981,98
ITEM 36	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM MACA COMBINADA TRAPEZIO CADILLAC REFORMER	SV	1	165,17	1.981,98
ITEM 37	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE MICROONDAS - 3	SV	1	160,65	1.927,80
ITEM 38	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE MICROONDAS - 4	SV	1	160,65	1.927,80
ITEM 39	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHO DE ONDAS CURTAS - 1	SV	1	170,65	2.047,80
PREÇO TOTAL MENSAL PARA O GRUPO ÚNICO Σ A R\$					4.584,39
PREÇO GLOBAL ANUAL DO GRUPO ÚNICO Σ B R\$					55.012,68

Observação: Os preços totais mensais constantes deste anexo são os máximos aceitáveis, em conformidade com o disposto no subitem 9.2.1 do Edital.

Brasília, 8 de março de 2016.

Beatriz de Fátima e Silva Mezêncio
Pregoeira



ANEXO N. 6

MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO
(SOLICITAÇÃO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA)

ORDEM DE SERVIÇO

À _____

(identificação da Contratada)

A/C do(a) Senhor(a): _____

1. Informamos que foram encontrados problemas de funcionamento no(a) _____, modelo _____, com NRP _____, localizado atualmente no Setor de Fisioterapia do Departamento Médico no subsolo do Edifício Anexo III da Câmara dos Deputados.

2. Os problemas encontrados foram os seguintes:

3. A presente Ordem de Serviço é feita com observância das cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico n. 20/16 e do Contrato n. ____/____.

4. Solicitamos que sejam tomadas as providências necessárias para a solução dos problemas descritos, observando-se os prazos estabelecidos no contrato para a conclusão dos serviços.

Ordem de Serviço encaminhada pela Câmara dos Deputados

em: ____/____/____ às ____ h

Servidor Responsável:

Nome: _____

Ponto: _____

Departamento: _____

Telefone: _____ - _____

E-mail: _____



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECPL
Fl. _____
Rub. _____

Pregão Eletrônico n. 20/2016
Processo n. 120.569/2014

Confirmação de recebimento pela Contratada
Confirmamos o recebimento desta Ordem de Serviço
em: ____/____/____ às ____ h
Nome: _____
Cargo: _____

Brasília, 8 de março de 2016.

Beatriz de Fátima e Silva Mezêncio
Pregoeira



ANEXO N. 7

MODELO DE RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO (RAT)

RAT 1.1 - RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO

Manutenção: ☐ Preventiva ☐ Corretiva

Data: __/__/__

CLIENTE Câmara dos Deputados

1. EQUIPAMENTO :

Tipo:

Marca/Modelo:

Nº do Registro Patrimonial - NRP- (caso disponível):

Chamado:

☐ Contrato ☐ Garantia ☐ Outros: _____

2. ATENDIMENTO :

Defeito relatado: _____

Defeito constatado: _____

Serviços executados: _____

Serviços pendentes: _____



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECPL
Fl. ____
Rub. ____

Pregão Eletrônico n. 20/2016
Processo n. 120.569/2014

3. PEÇAS

PEÇAS SUBSTITUÍDAS			
Descrição		Código	Qtde
3.1			
3.2			
3.3			
3.4			

PEÇAS A SUBSTITUIR			
Descrição		Código	Qtde
3.5			
3.6			
3.7			
3.8			

4. INÍCIO DO ATENDIMENTO

Data: ____ / ____ / ____

Hora: ____ : ____

CONCLUSÃO DO ATENDIMENTO

Data: ____ / ____ / ____

Hora: ____ : ____

Observação: _____

5. SITUAÇÃO DO EQUIPAMENTO

Atesto a prestação dos serviços constantes deste relatório, informando que o equipamento encontra-se:

☐ Em funcionamento ☐ Desativado ☐ Pendente

_____ Nome do Técnico	_____ Assinatura
--------------------------	---------------------

Brasília, 8 de março de 2016.
Beatriz de Fátima e Silva Mezêncio
Pregoeira



ANEXO N. 8

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

A empresa, CNPJ:, situada
....., fone:....., fax:
....., por meio do seu representante legal, o(a) Sr
(a)....., CPF:, CI:, em
cumprimento ao disposto na alínea “f” do item 10.3 do Edital do Pregão Eletrônico n.
20/16, declara, sob as sanções cabíveis, que possui em seu quadro, na data
prevista para abertura da licitação, técnico(s) em Manutenção e/ou Calibração de
Equipamentos de Ultrassom:
(indicar o(s) nome(s) do(s) profissional(is) e anexar a documentação exigida nas
alíneas “f.1” e “f.2” do item 10.3 do Edital):

Local e data

(nome e assinatura do declarante)

Brasília, 8 de março de 2016.

Beatriz de Fátima e Silva Mezêncio
Pregoeira



ANEXO N. 9

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS E A (ADJUDICATÁRIA), PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Ao(s) _____ dia(s) do mês de _____ de dois mil e dezesseis, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor Administrativo, o senhor MARCOS CESAR SANTOS DE VASCONCELOS, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a (ADJUDICATÁRIA), situada na (endereço e cidade), inscrita no CNPJ sob o n. _____, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por seu (cargo na empresa), o senhor (nome e qualificação), residente e domiciliado em (cidade), perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/7/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital do Pregão Eletrônico n. 20/16, denominado simplesmente EDITAL, e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de fisioterapia, com fornecimento de peças, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no EDITAL.

Parágrafo primeiro – Fazem parte do presente Contrato, para todos os efeitos:

- a) EDITAL e seus Anexos;
- b) Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n. 20/16;
- c) Proposta da CONTRATADA, datada de ____/____/____.

Parágrafo segundo – No interesse da CONTRATANTE, o valor deste Contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de acréscimos ou exclusões de componentes do objeto, nas mesmas condições contratuais da proposta da CONTRATADA, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO.



Parágrafo terceiro – As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o inciso II do parágrafo 2º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O objeto desta contratação deverá obedecer rigorosamente às quantidades e especificações técnicas descritas no Título 3 do Anexo n. 1 ao EDITAL.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser prestados conforme as condições descritas no Título 5 do Anexo n. 1 ao EDITAL.

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA deverá estar apta a iniciar a prestação dos serviços em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato.

Parágrafo segundo – A Contratada deverá comunicar ao Órgão Responsável, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os nomes das pessoas autorizadas a receber as solicitações/comunicações formais a serem encaminhadas pela Contratante, bem como a relação nominal dos técnicos habilitados a prestar manutenção nos equipamentos.

Parágrafo terceiro – Qualquer alteração dos dados fornecidos deverá ser formalmente comunicada ao Órgão Responsável.

Parágrafo quarto – Os serviços de manutenção preventiva serão executados nas dependências da CONTRATANTE, em regime de visitas programadas efetuadas periodicamente, mediante agendamento com o Órgão Responsável, independentemente de chamado da CONTRATANTE.

Parágrafo quinto – As intervenções de manutenção preventiva deverão ser executadas com a frequência mínima de 1 (uma) intervenção a cada 3 (três) meses, exceto para os aparelhos de Ultrassom, que deverão receber 1 (uma) intervenção a cada 1 (um) mês.

Parágrafo sexto – Os serviços de manutenção preventiva consistirão em:

- a) limpeza interna e externa;
- b) verificação eletrônica;
- c) verificação mecânica;
- d) substituição de todas as peças ou componentes desgastados ou defeituosos;
- e) substituição de filtros;
- f) lubrificação;
- g) calibração em geral;
- h) calibração dos aparelhos de ultrassom (no mínimo, mensalmente);
- i) alinhamento;
- j) ajustes;
- k) outras tarefas de rotina recomendadas para este equipamento;
- l) testes finais de funcionamento para entrega do equipamento.

Parágrafo sétimo – Os serviços de manutenção corretiva consistirão em:

- a) reparo de quaisquer falhas, deficiências ou mau funcionamento do equipamento, reportados ou não pela CONTRATANTE, de forma a restaurar as condições iniciais de funcionamento do equipamento;
- b) quaisquer outras atividades que se fizerem necessárias, identificadas na manutenção preventiva.



Parágrafo oitavo – A CONTRATANTE acionará a CONTRATADA para realização da manutenção corretiva sempre que houver necessidade, sem limite de quantidade de chamadas no período de vigência do contrato, mediante emissão de Ordem de Serviço por fax ou e-mail, conforme modelo constante no Anexo n. 6 ao EDITAL.

Parágrafo nono – A confirmação do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA deverá ser obtida pela CONTRATANTE imediatamente após o envio.

Parágrafo décimo – A prestação dos serviços de manutenção corretiva deverá obedecer aos seguintes prazos:

a) visita técnica no local de instalação em até 1 (um) dia útil contado da confirmação do recebimento da Ordem de Serviço;

b) correção do defeito em até 3 (três) dias úteis contados da confirmação do recebimento da Ordem de Serviço, salvo casos excepcionais devidamente justificados, com expressa anuência do Órgão Responsável.

Parágrafo décimo primeiro – À CONTRATADA não caberá o ônus da execução de manutenção corretiva quando o defeito for comprovadamente originado de uso inadequado do equipamento, negligência ou imprudência do operador, impacto mecânico indevido, intervenção de pessoal não autorizado ou condições anormais de temperatura, umidade, alimentação elétrica e/ou hidráulica.

Parágrafo décimo segundo – Todas as despesas com viagens, estada e permanência de pessoal da CONTRATADA, durante a vigência do contrato, correrão por sua conta exclusiva, não cabendo à CONTRATANTE nenhuma despesa adicional além do valor do contrato.

Parágrafo décimo terceiro – Quando da realização de qualquer manutenção no equipamento, deverão ser esclarecidas dúvidas existentes sobre os procedimentos operacionais dos equipamentos.

Parágrafo décimo quarto – Na execução de todos os serviços somente deverão ser utilizados ferramentas, instrumental, acessórios e peças recomendados pelo fabricante, responsabilizando-se a CONTRATADA integralmente pelos danos causados em caso de não atendimento deste requisito.

Parágrafo décimo quinto – Os serviços de manutenção deverão ser sempre prestados pelos técnicos especializados da CONTRATADA, devidamente identificados.

Parágrafo décimo sexto – Os serviços de rotina deverão ser sempre prestados dentro do horário normal do expediente da CONTRATANTE, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Parágrafo décimo sétimo – Caso haja necessidade de retirada de equipamentos, peças ou componentes das dependências da CONTRATANTE para reparo ou substituição, será necessária autorização de saída emitida pela Coordenação de Patrimônio do Departamento de Material e Patrimônio, a ser concedida ao funcionário da CONTRATADA, formalmente identificado.

Parágrafo décimo oitavo – A autorização de saída, instrumento indispensável à retirada de equipamentos, peças ou componentes, será solicitada pelo Órgão Responsável.

Parágrafo décimo nono – A CONTRATADA ficará obrigada a comunicar formalmente a devolução de equipamento, peça ou componente retirado das dependências da CONTRATANTE para reparo.



Parágrafo vigésimo – Para cada manutenção preventiva e corretiva, o técnico da CONTRATADA deverá preencher o Relatório de Atendimento Técnico (RAT), conforme modelo constante do Anexo n. 7 ao EDITAL, observado o disposto na Cláusula Quarta deste contrato.

Parágrafo vigésimo primeiro – Os serviços de Calibração dos Equipamentos de Ultrassom deverão ser efetuados respeitando-se as normas ABNT e IEC aplicáveis, e somente serão considerados concluídos com a entrega dos seguintes documentos:

- a) Cópia do Certificado de Calibração do Equipamento Padrão utilizado, rastreável aos Padrões nacionais do INMETRO, dentro do prazo de validade;
- b) Cópia dos Procedimentos da CONTRATADA, utilizados para Calibração dos Equipamentos de Ultrassom.

Parágrafo vigésimo segundo – A CONTRATANTE se responsabiliza pela manutenção das corretas condições de temperatura, umidade, alimentação elétrica e hidráulica, previstas nos manuais do fabricante de forma a garantir o perfeito funcionamento do equipamento durante o período contratual.

Parágrafo vigésimo terceiro – A CONTRATANTE utilizará exclusivamente os reagentes e materiais de consumo que atendam às especificações do fabricante do equipamento, de acordo com recomendações da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO

A CONTRATADA deverá apresentar Relatório de Atendimento Técnico (RAT) para cada Visita Técnica, conforme modelo apresentado no Anexo n. 7 ao EDITAL.

Parágrafo primeiro – O Relatório de Atendimento Técnico deverá detalhar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) equipamentos que receberam o serviço;
- b) defeitos relatados;
- c) defeitos detectados durante a visita;
- d) relação de serviços executados;
- e) serviços não executados e pendentes para a solução dos defeitos;
- f) lista de peças que necessitam ser substituídas, com código de identificação;
- g) lista de peças que foram substituídas, com código de identificação;
- h) lista de irregularidades nas condições observadas e recomendações para a operação;
- i) data e hora da conclusão do atendimento;
- j) assinatura do técnico responsável pelo atendimento.

Parágrafo segundo – O prazo para a apresentação do RAT é de até 1 (um) dia útil após cada Visita Técnica.

Parágrafo terceiro – A entrega do RAT devidamente preenchido e assinado é condição necessária para aceitação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.

Parágrafo quarto – A CONTRATADA poderá propor um modelo diferente de RAT, desde que contenha todos os dados requeridos, sendo necessária apresentação por escrito e aprovação formal do modelo pelo Órgão Responsável.



CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PEÇAS

Caberá à CONTRATADA o fornecimento, à base de troca, de todas e quaisquer peças, componentes e produtos utilizados na execução do serviço, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro – Em toda substituição de peças ou componentes do equipamento deverão ser utilizados exclusivamente peças e componentes novos e originais, livres de defeitos ou vícios, e que correspondam perfeitamente às especificações do fabricante.

Parágrafo segundo – A Câmara dos Deputados poderá autorizar a instalação de peça ou componente diferente do original recomendado pelo fabricante em caso de comprovada descontinuidade da sua fabricação ou impossibilidade de sua obtenção no mercado, devendo a peça substituta atender plenamente às funções da peça ou componente retirado.

CLÁUSULA SEXTA – DA RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Os equipamentos que deverão receber os serviços de manutenção preventiva e corretiva estão relacionados no Título 8 do Anexo n. 1 ao EDITAL.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO

O objeto contratual será recebido definitivamente se em perfeitas condições e conforme as especificações editalícias a que se vincula a proposta da CONTRATADA, observado o disposto no parágrafo décimo nono da Cláusula Terceira e no parágrafo terceiro da Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, aquelas enunciadas no EDITAL, e em seus anexos, além daquelas determinadas pelo órgão responsável, em caráter complementar, quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de seus empregados nos prédios administrativos da CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro – Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA responderá, integral e exclusivamente, por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como correclamada.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e Dívida Ativa da União, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

Parágrafo quarto – A não apresentação das Certidões e do Certificado, na forma mencionada no parágrafo anterior, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a rescisão deste Contrato, nos termos do art. 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.



Parágrafo quinto – A CONTRATADA fica obrigada a manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação exigidas no momento da licitação.

Parágrafo sexto – A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo sétimo – Para o pessoal em serviço será exigido o porte de cartão de identificação, a ser fornecido pela prestadora dos serviços ou, no interesse administrativo, pelo Departamento de Polícia Legislativa.

Parágrafo oitavo – Os empregados da CONTRATADA, além de portar identificação, deverão se apresentar sempre limpos e asseados, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer no de higiene pessoal, devendo ser substituído imediatamente aquele que não estiver de acordo com esta exigência, mediante comunicação do Órgão Responsável.

Parágrafo nono – A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no contrato.

Parágrafo décimo – A CONTRATADA comunicará, verbal e imediatamente, ao Órgão Responsável, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, em até dois dias úteis após o ocorrido, reduzirá a escrito a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos e entregará o termo ao Órgão Responsável.

Parágrafo décimo primeiro – Os empregados da CONTRATADA, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas internas ou convencionais da CONTRATANTE, não terão com ela qualquer vínculo empregatício ou de subordinação.

Parágrafo décimo segundo – Todas as obrigações tributárias, trabalhistas e sociais da CONTRATADA e de seus empregados serão de inteira responsabilidade desta.

Parágrafo décimo terceiro – A CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, por exigência do Órgão Responsável, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar.

Parágrafo décimo quarto – É vedada a subcontratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

Parágrafo décimo quinto – A CONTRATADA deverá assegurar o adequado treinamento dos técnicos empregados nos serviços, responsabilizando-se pelas consequências de eventuais descumprimentos de normas legais ou de segurança aplicáveis.

Parágrafo décimo sexto – A CONTRATADA deverá atender as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho.

Parágrafo décimo sétimo – Caberá à CONTRATADA fornecer os Equipamentos de Proteção Individual – EPI específicos e necessários para as atividades que serão desenvolvidas.



Parágrafo décimo oitavo – A CONTRATADA é responsável pela execução de todos os treinamentos previstos em Normas Regulamentares Aplicáveis a sua atividade dentro dos estabelecimentos da CONTRATANTE.

Parágrafo décimo nono – A CONTRATANTE, por meio da Seção de Engenharia de Segurança do Trabalho, poderá paralisar a execução do serviço sempre que ficar caracterizada uma situação de grave e iminente risco à vida.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, execução insatisfatória dos serviços, omissões ou outras faltas mencionadas no Anexo n. 4 ao EDITAL, não justificadas ou se a CONTRATANTE julgar as justificativas improcedentes, poderão ser impostas à CONTRATADA as multas e demais sanções previstas naquele dispositivo editalício, observadas as condições nele indicadas, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87 da LEI, correspondente ao artigo 135 do REGULAMENTO, e, ainda, no artigo 7º da Lei n. 10.520/02.

Parágrafo primeiro – Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

Parágrafo segundo – As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Parágrafo terceiro – A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de ressarcir integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros.

Parágrafo quarto – Pelo descumprimento de outras obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da LEI, de 1993, a saber:

- a) advertência, formalizada por escrito;
- b) multa, nos casos previstos no EDITAL e neste Contrato;
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a CONTRATANTE; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

Parágrafo quinto – Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE para dar início à execução dos serviços, à CONTRATADA será imposta multa calculada sobre o valor desta contratação, de acordo com a seguinte tabela:

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 20/2016
Processo n. 120.569/2014

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

Parágrafo sexto – Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% da quantia definida na Portaria n. 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.

Parágrafo sétimo – Não se aplica o disposto no parágrafo anterior, quando verificada, num período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa da União.

Parágrafo oitavo – Findo o prazo fixado, sem que a CONTRATADA tenha iniciado a execução dos serviços, além da multa prevista no parágrafo quinto desta Cláusula, poderá, a critério da CONTRATANTE, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo nono – A CONTRATADA será também considerada em atraso se prestar os serviços em desacordo com as especificações e não corrigir as inconsistências apresentadas dentro do período remanescente do prazo de execução.

Parágrafo décimo – Na hipótese de abandono da contratação, a qualquer tempo, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente deste Contrato, nele incluído o valor total do serviço requisitado e não realizado, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo décimo primeiro – Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou recolhidos pela CONTRATADA à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de 5 (cinco) dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

Parágrafo décimo segundo – Poderão ser impostas à CONTRATADA, ainda, multas por infração cometida, limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) do valor do contrato, observados sempre a reprovabilidade da conduta, o dolo ou a culpa e o disposto no parágrafo anterior e sopesados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de acordo com a tabela constante do item 12 do Anexo n. 3 ao EDITAL.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O preço total do presente Contrato é de R\$ ____ (), considerando-se o valor unitário constante da proposta da CONTRATADA.

Parágrafo primeiro – O objeto aceito pela CONTRATANTE será pago em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

Parágrafo segundo – O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação em duas vias de nota fiscal/fatura discriminada, emitida no mês subsequente ao da prestação dos serviços, após atestação pelo Órgão Responsável.

Parágrafo terceiro – A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.



Parágrafo quarto – A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), todos dentro dos prazos de validade neles expressos.

Parágrafo quinto – O pagamento será feito com prazo não superior a trinta dias, contados do aceite do objeto e da comprovação da regularidade da documentação fiscal e trabalhista apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

Parágrafo sexto – No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento) ao ano, calculados diariamente em regime de juros simples, calculados pela fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

Parágrafo sétimo – Os encargos moratórios devidos serão incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

Parágrafo oitavo – Quando aplicável, os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE estarão sujeitos às retenções de que tratam o art. 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com a redação dada pelas Leis n. 9.711, de 1998, e 11.933, de 2009, além das previstas no art. 64 da Lei n. 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo nono – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

Parágrafo décimo – As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada pagamento, declaração em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

Após o período de doze meses de vigência do contrato, na hipótese de sua eventual prorrogação, poderá ser admitido, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da avença, reajuste de preços para os serviços especificados no grupo único do objeto, utilizando-se o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), fornecido pelo IBGE, ou, caso esse índice venha a ser extinto,



o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

Parágrafo primeiro - A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito ao reajuste dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente ou do encerramento do contrato vigente.

Parágrafo segundo - Caso a CONTRATADA não solicite de forma tempestiva o reajuste e prorrogue ou deixe encerrar o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto da Nota de Empenho n. 2016NE_____, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

Programa de Trabalho: 01.301.0553.2004.5664 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.

Natureza da Despesa

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O presente Contrato terá vigência de / / a / / , podendo ser prorrogado em conformidade com o inciso II do artigo 57 da LEI, correspondente ao inciso II do artigo 105 do REGULAMENTO, a critério da CONTRATANTE.

Parágrafo único – Este contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consideram-se órgãos responsáveis pela gestão do(s) serviço(s) objeto do contrato o Setor de Fisioterapia e a Coordenação de Emergências Médicas da CONTRATANTE, localizados no Edifício Anexo III, que designarão os fiscais responsáveis pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização da execução contratual.

Parágrafo único - A Coordenação de Engenharia de Equipamentos do Departamento Técnico da CONTRATANTE, localizada no Edifício Anexo I, 18º Andar, Sala 1805, atuará como Assistente de Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Contrato.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

SECPL
Fl. _____
Rub. _____

Pregão Eletrônico n. 20/2016
Processo n. 120.569/2014

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com (valor numérico e por extenso) folhas cada uma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, de de 2016.

Pela CONTRATANTE:

Marcos Cesar Santos de Vasconcelos
Diretor Administrativo
CPF n. 183.034.981-34

Pela CONTRATADA:

(nome)
(cargo)
(CPF)

Testemunhas: 1) _____

2) _____

Brasília, 8 de março de 2016.

Beatriz de Fátima e Silva Mezêncio
Pregoeira